

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública 16JUN2014

Pauta: Relatório de gestão da Secretaria Municipal de Saúde referente às atividades de gestão da saúde do 1º quadrimestre de 2014

006ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 16JUN2014

Pauta: Relatório de gestão da Secretaria Municipal de Saúde referente às atividades de gestão da saúde do 1º quadrimestre de 2014

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): (Problemas técnicos no som. Início da reunião sem gravação.) ...o Ver. Alceu Brasinha, que não é membro desta Comissão, mas está participando; o Secretário Municipal da Saúde, Dr. Carlos Henrique Casartelli; o Dr. Mauro Souza, representando o Ministério Público Estadual; a Dra. Loraina Raquel Scottá, representando a Defensoria Pública; o Sr. Artur Antonio Munch, representando o Grupo Hospitalar Conceição, coordenador de apoio técnico; o Sr. Everton Borges, representando o Conselho Federal de Farmácia; a Sra. Djanira Corrêa da Conceição, representando o Conselho Municipal de Saúde. Destaco, também, a presença do Secretário Adjunto, Jorge Cuty. Passo a palavra ao Secretário Municipal da Saúde para a sua apresentação.

O SR. CARLOS HENRIQUE CASARTELLI: Primeiro quero cumprimentar o Presidente da COSMAM, Ver. Dr. Thiago, e por meio do Presidente cumprimento os demais Vereadores, o representante do Ministério Público, Dr. Mauro; a Dra. Loraina, da Defensoria, e os demais representantes da Mesa, bem como os demais presentes nesta apresentação do relatório de gestão do primeiro quadrimestre de 2014 que, como determina a legislação em vigor, deve ser apresentado na Câmara de Vereadores. Nós vamos fazer um resumo do primeiro quadrimestre, obviamente não dá para falar de todas as ações, pois o relatório tem mais de 200 folhas, mas faremos um resumo daquilo que é mais importante destacar, para que a gente possa, depois, responder aos demais questionamentos, com mais tempo. (Procede-se à apresentação em PowerPoint.) Como eu falei, este é o relatório do primeiro quadrimestre de 2014, é o relatório de gestão, como sempre ele expressa um trabalho de um conjunto de pessoas, que é composto não apenas por quem faz a gestão, por quem é o gestor, pelo gabinete do Secretário, mas por todas as coordenações, chefias e por todas as pessoas que trabalham no Sistema Único de Saúde, principalmente na Secretaria Municipal de Saúde. Este relatório é o primeiro quadrimestre também de um período que é o Plano Plurianual de Saúde 2014/2017, que foi apresentado e aprovado no Conselho Municipal de Saúde em setembro de 2013. Bom,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública 16JUN2014

Pauta: Relatório de gestão da Secretaria Municipal de Saúde referente às atividades de gestão da saúde do 1º quadrimestre de 2014

como sempre, o foco do atendimento em saúde deve ser realizado no usuário. Isso é algo que a gente tem procurado trabalhar mais, mostrando que o importante, realmente é focar o atendimento nas necessidades do usuário naquilo que o usuário precisa, conforme a sua faixa etária, gênero e tantos outros fatores que vão influenciar nesse atendimento. E para isso a gente precisa discutir, então, a necessidade desse usuário, os fluxos desse usuário na rede e o modelo de atenção, para que se possa dar conta de todas essas demandas.

Então, como eu falei, o foco é o usuário, as necessidades do usuário, e como nós vamos atender a essas necessidades cada vez procurando estruturar melhor, com mais qualidade o Sistema Único de Saúde, os protocolos assistenciais e o fluxo desse usuário nessa trajetória terapêutica que ele vai precisar fazer frequentemente. Então, para isso se tem uma Governança, um controle social, as necessidades, as ofertas de serviços, os fluxos, e isso vai resultar na qualidade do acesso que nós vamos ter no serviço de saúde da nossa Cidade. ´

Aqui é panorama demográfico de Porto Alegre que nós vamos passar, que todos já conhecem. As necessidades são vistas sob vários aspectos, mas um deles é a questão da faixa etária do usuário, conforme as linhas de cuidado. Aqui nós temos várias linhas de cuidado: da criança e do adolescente; linha de cuidado do adulto, em alguns aspectos, pelo menos, separando por gênero, as necessidades do homem, as necessidades da mulher; e a saúde do idoso, que, principalmente em uma Capital como Porto Alegre, onde a pirâmide etária se inverte de forma muito rápida, nós precisamos nos preparar para atender a esse idoso, cada vez com mais qualidade.

O que importa, resumidamente, é que nós temos que procurar colocar o paciente certo, no lugar certo, na hora certa e com o custo certo. Isso é tudo o que nós temos que buscar fazer: o paciente certo, no lugar certo com aquilo que ele precisa; portanto, com o custo adequado, nem mais, nem menos do que ele necessita.

Aí nós temos as nossas redes de serviço e referências em Porto Alegre. Porto Alegre hoje tem 102 Unidades de Saúde da Família. Essas unidades que atendem pelo modelo Estratégia de Saúde da Família são 200 equipes de Saúde da Família – hoje Porto Alegre já está com 206. Então são 206 equipes de Saúde da Família, distribuídas em 102 Unidades de Saúde da Família. E temos ainda 51 Unidades Básicas, que atendem pelo

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública 16JUN2014

Pauta: Relatório de gestão da Secretaria Municipal de Saúde referente às atividades de gestão da saúde do 1º quadrimestre de 2014

modelo anterior, o modelo adotado por Porto Alegre, que é o modelo de Saúde da Família. Então Porto Alegre tem aproximadamente 154 unidades de saúde hoje.

Temos sete Centros de Especialidades; oito ambulatorios conveniados; vários serviços especializados, em torno de 40; temos as nossas Unidades de Pronto Atendimento e pronto atendimento, que são no total de cinco hoje, em Porto Alegre, e com uma capacidade, conforme os critérios do Ministério da Saúde, para atender até 1,5 milhão de pessoas, isso em Unidade de Pronto Atendimento. Esses são critérios adotados pelo Ministério da Saúde. Temos o SAMU, com a nossa nova sede de regulação que foi inaugurada, as 12 bases e as 15 equipes de atenção do SAMU; 23 hospitais. Então essa é a nossa rede de serviços, que é uma rede bastante ampla.

Só para ter uma ideia, Porto Alegre tem, em termos de Unidades de Saúde, o mesmo número de Unidades de Saúde que Brasília, sendo que nós temos a metade da população.

Bom, aí são alguns aspectos da gestão em Saúde. Nós temos um fórum permanente que tem dado bastante resultado. Citamos dois fóruns principais, entre eles o Fórum Permanente de Coordenações, que se dá de forma sistemática, são reuniões com os coordenadores da Secretaria, temos as nossas equipes de monitoramento e temos trabalhado com dois Seminários que têm sido periódicos – eles ocorrem de forma permanente também –, um deles é o Seminário de Modelagem da Rede de Atenção Básica. Então, nesse Seminário, nós discutimos exatamente aquilo que é fundamental, qual é a rede, qual é o modelo de rede que nós queremos para o usuário de Porto Alegre – tudo isso é feito no seminário que discute a modelagem. Esse seminário tem sido extremamente fértil e profícuo em buscar soluções. Temos feito um curso de gestão hospitalar, no âmbito do SUS, do qual participam os gestores e diversos hospitais de Porto Alegre – o Complexo Hospitalar Santa Casa, o Hospital de Clínicas e o Hospital São Lucas da PUCRS, que, mais recentemente, começou a participar também. Todos hospitais de Porto Alegre estão convidados a fazer parte dessa discussão da nossa rede e da assistência hospitalar. É um curso de gestão hospitalar, no âmbito do SUS, que tem sido realizado com uma grande participação dos hospitais, o que tem sido bastante interessante.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública 16JUN2014

Pauta: Relatório de gestão da Secretaria Municipal de Saúde referente às atividades de gestão da saúde do 1º quadrimestre de 2014

O nosso organograma foi escolhido dentro do nosso primeiro ou segundo Seminário de Modelagem da Rede. O grupo optou por um fluxograma que, realmente, parece meio caótico, mas é o único modelo que a gente consegue enxergar inteiro, em que nenhum ente que faz parte da rede de atenção deixa de se sentir dentro desse sistema. No meio do círculo, nesta imagem, estão todos os nossos serviços, com as suas estruturas de funcionamento, com os seus núcleos internos de regulação em cada um dos serviços; e, ao redor, nós temos tudo o que faz com que aquele sistema interno funcione bem: a questão da informação das áreas técnicas das linhas de cuidado, os nossos fluxogramas, o desenvolvimento das pessoas que trabalham no Sistema Único de Saúde, a nossa vigilância, os territórios sanitários, assim como toda a questão das pactuações, da Governança e da transetorialidade – que precisam estar presentes em todos os serviços que atendem a esse sistema.

Na entrada, fui questionado sobre quais eram as maiores dificuldades que nós ainda temos. Sem dúvida nenhuma, ainda é a questão do financiamento. Nós temos as três fontes – municipal, estadual e federal. Continuamos vendo que a fonte federal participa com, aproximadamente, 50% do investimento em saúde no Município de Porto Alegre, o que, no primeiro quadrimestre, representou R\$ 220 milhões; que a fonte municipal participou com um investimento de 43%, R\$ 184 milhões – sendo que participamos, praticamente, com um volume muito similar ao do Governo Federal, com uma arrecadação que é infinitamente inferior; e que o Estado participou com R\$ 25 milhões no ingresso de receitas no Sistema Único de Saúde no primeiro quadrimestre. Se vocês lembrarem das apresentações anteriores, vocês vão perceber que, apesar de ainda ser pouco, houve um incremento significativo quando comparada a fonte estadual com a própria fonte estadual, que jamais tinha ultrapassado 3,5 ou 4%, e, nesse primeiro quadrimestre, nós chegamos a 6% – sem dúvida nenhuma, um ganho ao Município de Porto Alegre. É um investimento que nós, Secretários Municipais da Saúde, temos que reconhecer, visto que a participação do Estado tem aumentando bastante, no caso do Rio Grande do Sul, nos financiamentos das gestões municipais, e isso tem sido bastante importante. É claro que ainda é necessário avançar, mas, sem dúvida nenhuma, nós tivemos um grande avanço, principalmente neste ano de 2014, em relação ao financiamento da Capital. O nosso diálogo com a Secretária de Estado tem sido bastante

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública 16JUN2014

Pauta: Relatório de gestão da Secretaria Municipal de Saúde referente às atividades de gestão da saúde do 1º quadrimestre de 2014

intenso e muito bom, com qualidade, e o acréscimo dessas receitas tem facilitado o nosso financiamento do SUS em Porto Alegre.

Apresentamos, aqui, algumas obras de infraestrutura. Nós tivemos a reforma e a inauguração da UBS Tristeza; tivemos concluída, também, a reforma da Unidade Lami; e temos mais três ou quatro unidades que estão em reforma. Isso no primeiro quadrimestre – se fosse hoje, teria mais –, quando duas unidades foram reformadas e quatro tiveram o início das suas reformas.

Aqui, algumas das atividades que foram feitas na promoção da saúde. Participamos, juntamente com outras Secretarias, da questão do Dia da Água. Temos feito um grande investimento promovendo a questão da saúde na população negra, o curso de promotores tem sido um destaque não apenas na Cidade com uma participação intensa das gerências distritais, com um número sempre grande de participantes para se formarem como promotores, mas tem sido um destaque, inclusive, um reconhecimento em nível nacional da política que Porto Alegre vem implementando em relação à frente da população negra. O carnaval, o Bloco da Saúde, na verdade, este ano, a gente faz uma intensa atividade no carnaval de Porto Alegre, em todas as áreas, trabalhando com a questão da DST/Aids, a questão da discriminação, e o Bloco da Saúde que a gente este ano, na verdade, nós participamos do Bloco do Estado, Bloco da Saúde este ano não foi feito pela Secretaria Municipal da Saúde, ele foi feito pela Secretaria Estadual, e nós participamos como convidados da Secretaria Estadual, participamos dos desfiles que são desfiles curtos, passam a cinco a dez minutos de passagem na Avenida, mostrando algumas das ações que são feitas na área da Saúde pelo Sistema Único. Um grande destaque foi a vacinação contra o herpes papilomavírus, em Porto Alegre atingiu um percentual de 94% senão me engano, acima de 90%, a meta era 80%, e foi a Capital que mais vacinou para o papilomavírus em todo o País, isso não dá para deixar de reconhecer a importância que teve a Secretaria de Educação. Nós fomos a todas as escolas estaduais e municipais, vacinando, porque é lá que se encontravam as meninas naquela faixa etária, então, nós fizemos um trabalho muito proativo, e com isso Porto Alegre conseguiu ser a campeã de vacinação para o papilomavírus, ultrapassando a meta estipulada pelo Ministério da Saúde. Outras ações: fizemos algumas simulações para a Fan Fest, porque Porto Alegre precisa se preparar para grandes eventos, precisa se

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública 16JUN2014

Pauta: Relatório de gestão da Secretaria Municipal de Saúde referente às atividades de gestão da saúde do 1º quadrimestre de 2014

preparar para caso ocorram situações de desastres – tivemos durante o episódio de Santa Maria uma grande participação, mas a gente tem procurado fazer simulações e fizemos algumas para a questão da Fan Fest. Só da população indígena o investimento que a gente tem procurado fazer também, nós temos um número pequeno de indígenas em Porto Alegre, mas que são importantes, e temos tido sucesso, principalmente na população infantil onde o número de casos de diarreia, principalmente, que é freqüente nessa população, diminuiu de forma significativa no último ano. A campanha da Tuberculose: Porto Alegre tem feito um trabalho com o Ministério da Saúde muito grande, muito intenso, mas a gente tem trabalhado para diminuir os casos de tumor por tuberculose, e, principalmente, a mortalidade por tuberculose em nossa Capital; e o Galera Curtição que é o seu segundo ano, onde se trabalha com as escolas, vários temas na área da Saúde, então é um trabalho de vários meses, em que se trabalham questões de sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis, a questão da discriminação, então, se trabalha com várias questões da Saúde num processo longo com as crianças, com os adolescentes das escolas da nossa Cidade e um processo que as crianças e os adolescentes reconhecem como algo extremamente importante para eles. Manifestações desses adolescentes são na imensa maioria positivas e alguns, inclusive, que participaram do primeiro evento já se inscreveram para serem monitores nesse evento deste ano. Com relação ao trabalho em Saúde, aí a gente procura apresentar, principalmente, a força de trabalho da Secretaria da Saúde, então, a gente percebe, comparando o primeiro quadrimestre com o quadrimestre, o primeiro quadrimestre de 2014 com o primeiro quadrimestre de 2013, você percebe aquilo que já vem acontecendo há bastante tempo em Porto Alegre: um aumento da força de trabalhadores municipais, uma diminuição gradativa dos trabalhadores estaduais e federais e um aumento, um acréscimo também dos trabalhadores do Estratégia da Saúde da Família. Então, se nós analisarmos a diminuição estadual e federal e o acréscimo seja pelos servidores municipais, e pelos servidores do Estratégia da Saúde da Família, nós vemos que tem um saldo positivo. Estava comparando um quadrimestre com o outro, nós tivemos um ganho, aí, estipulamos, sete mil, trezentos e oitenta e dois, para sete mil, quatrocentos e noventa e um servidores. Então, nós temos conseguido fazer frente para redução para as aposentadorias crescentes dos servidores estaduais e federais, hoje nós temos não mais

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública 16JUN2014

Pauta: Relatório de gestão da Secretaria Municipal de Saúde referente às atividades de gestão da saúde do 1º quadrimestre de 2014

do que 246 servidores do Ministério da Saúde, que já foram a sua maioria em Porto Alegre. Fizemos, no primeiro quadrimestre, diversos concursos públicos, em diversas especialidades médicas, para auxiliar de farmácia, e temos concursos públicos que estão aguardando o edital, mas já temos equipe formada, já estão estabelecidos, para várias áreas, como radiologia, técnico de radiologia, fisioterapeuta, pediatria, neurologia, são várias especialidades médicas e outros segmentos da área da saúde que são importantes, para que o SUS consiga exercer suas atividades.

Sobre educação permanente, percebe-se... Aqui, a gente procurou, desta vez, dar um destaque mais para a questão das residências. As residências foram bastante importantes, houve um avanço do ano passado, 2013, em relação a 2014, houve um estímulo também do Ministério da Saúde e do MEC para que se criassem residências multiprofissionais. Houve aumento das residências na área da medicina. Com isso, percebemos que o aumento de residentes nos nossos serviços – sejam residentes próprios, dos serviços próprios da Secretaria, ou aqueles que são de outros serviços, mas que fazem estágio, que fazem a sua formação dentro dos serviços de saúde do Município de Porto Alegre – pulou de 246 para aproximadamente 348 residentes, portanto um aumento em torno de 40% de profissionais nessa área de formação. Temos as nossas residências próprias no Presidente Vargas, no HPS, que aumentaram o seu número, comparando 2013 com 2014. Temos a primeira CGVS, a nossa Coordenação-Geral de Vigilância Sanitária, com 13 residentes, e essa é a primeira residência em vigilância do País inteiro. Então, é a primeira Coordenação de Vigilância Sanitária a ter uma residência no País. Porto Alegre, mais uma vez, sendo pioneira em algumas questões da saúde.

Sobre a cobertura da Saúde da Família, no primeiro quadrimestre nós tivemos um incremento de 23 Equipes da Saúde da Família. Chegamos a 206 Equipes no primeiro quadrimestre, o que dá um percentual de cobertura, pela Estratégia da Saúde da Família, de 50,4%, aproximadamente. Se considerarmos o restante da Atenção Básica, Porto Alegre chega a uma cobertura de até 70%. Na produção de toda a Atenção Primária, há uma pequena redução quando a gente compara o primeiro quadrimestre com o do ano anterior, mas aí estamos revisando todos os dados de 2013 e 2014, porque o sistema mostra uma diminuição dos usuários cadastrados. Como não se mexeu no cadastro,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública 16JUN2014

Pauta: Relatório de gestão da Secretaria Municipal de Saúde referente às atividades de gestão da saúde do 1º quadrimestre de 2014

certamente há um equívoco na avaliação do castrado de 2013 a 2014, então está sendo revisado todo o cadastro de pacientes, de usuários do Sistema Único de Saúde em Porto Alegre.

Na assistência farmacêutica nós temos um dos grandes problemas do financiamento da saúde. Porto Alegre tem... A assistência farmacêutica também é tripartite: a União entra com R\$ 5,10, o Município com R\$ 2,36 por habitante/ano, o Estado entra com R\$ 2,36 por habitante/ano. Isso dá um valor total de gasto de R\$ 14 milhões, e Porto Alegre está gastando praticamente o dobro, nós estamos gastando R\$ 28 milhões de recurso financeiro, de investimento na assistência farmacêutica. Ali temos apenas o dado do primeiro quadrimestre, são R\$ 17,5 milhões o gasto, aproximadamente R\$ 7,2 milhões o gasto, praticamente o mesmo valor do ano passado, mas bem mais do que aquilo que está previsto pela legislação em vigor. Então, esse é um dos problemas que estamos discutindo com o Ministério, a questão do aumento do financiamento para assistência farmacêutica. E estamos com alguns desafios: procurar fazer uma informatização absoluta dos estoques. Hoje nós temos informatização das farmácias distritais, então temos que levar informatização para todos os dispensários, para todos os locais, para que a gente possa ter um controle adequado do estoque. Estamos discutindo – nada foi implementado – a questão da dispensação de medicação para munícipes da Região Metropolitana de Porto Alegre. Como Porto Alegre disponibiliza praticamente 50% das suas consultas para moradores de fora de Porto Alegre, muitas dessas pessoas pegam medicamentos dentro de Porto Alegre, até porque Porto Alegre tem uma relação municipal de medicamentos das mais amplas, inclusive comparando com outras capitais. Então também tem uma dispensação de medicamentos para munícipes do Interior quando em consulta no Hospital de Clínicas e no GHC. Eu não sei bem quando isso ocorreu, mas em algum momento houve uma ação na Justiça que estabeleceu que Porto Alegre teria que dar medicamentos para pacientes do Interior que consultassem no Hospital de Clínicas e no Grupo Hospitalar Conceição, só que Porto Alegre recebe por habitante/ano o mesmo que recebem os demais Municípios. Então Porto Alegre acaba tendo um gasto, por decisão do Judiciário, que não é justo com Porto Alegre, porque recebe o mesmo que os demais. Então a grande discussão é essa do financiamento da Assistência Farmacêutica para que se consiga dar conta de todo esse atendimento.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública 16JUN2014

Pauta: Relatório de gestão da Secretaria Municipal de Saúde referente às atividades de gestão da saúde do 1º quadrimestre de 2014

Aqui estamos chamando a atenção para algo que foi inovador em 2013 e que se ampliou em 2014: o Teste Rápido para muitas doenças, principalmente para o HIV, sífilis, de forma descentralizada em todas as nossas Unidades de Saúde. Nós percebemos que em 2013 houve um grande crescimento; em 2014, a testagem rápida aumentou ainda mais do que em 2013. Então tivemos um grande avanço nisso, tanto para HIV, sífilis, hepatites virais que não está aí.

Para hepatites virais, procuramos chamar a atenção para o número de consultas disponibilizadas e agendadas que praticamente não mudou; o que mudou foi basicamente o retorno: os pacientes estão aderindo mais ao tratamento. Nós temos hoje um serviço de atendimento especializado em hepatites virais. Antes tínhamos uma fila de mais de quatro, cinco anos de espera para uma consulta, o que hoje não existe. A adesão do paciente aumentou por ter uma equipe treinada, capacitada e voltada para fazer esse atendimento integral ao paciente portador de hepatite viral.

Na questão da tuberculose, a gente chama a atenção principalmente para as campanhas educativas que têm se feito. A busca cada vez maior para se fazer um tratamento diretamente observado, diminuir os casos de desistência do tratamento, que é o grande mote para que se consiga reduzir a tuberculose na nossa Cidade, embora ela seja uma situação muito mais estadual do que municipal. Temos uma cooperação técnica com Ministério muito intensa, tanto na área da tuberculose como na questão do HIV/AIDS.

Com relação à dengue, só para chamar a atenção, Porto Alegre reduziu o seu risco. Em 2014, no primeiro quadrimestre, nós fizemos coletas; foram capturadas mais espécies do *Aedes Aegypti*. Apesar disso, as amostras do mosquito infectado diminuíram em 62%. Isso mostra que o vírus está presente, mas existem menos mosquitos com a presença do vírus, assim o risco de uma epidemia diminui bastante.

Vigilância de alimentos – apenas mostrar uma atuação extremamente relevante que teve a CGVS, através da sua vigilância de alimentos no primeiro quadrimestre. O número de produtos apreendidos por vencimento ou por falhas no armazenamento foi infinitamente superior ao quadrimestre anterior.

Na saúde da criança, Porto Alegre tem feito uma luta bastante grande para aumentar a consulta na primeira semana de vida. Conseguimos aumentar 5% de recém-nascidos que consultaram dentro da primeira semana de vida, revertendo a ideia que todos os pediatras

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública 16JUN2014

Pauta: Relatório de gestão da Secretaria Municipal de Saúde referente às atividades de gestão da saúde do 1º quadrimestre de 2014

sempre tiveram de caminhar para sete dias após a alta. Na verdade, hoje queremos que consultem até o sétimo dia de vida e não até o sétimo dia após a alta.

A vacinação do HPV – já tinha colocado a cobertura vacinal de 94%. Saúde da população idosa – chamo atenção para o aumento de oferta para consultas para a população idosa: passou de 80 mil para 85 mil consultas no primeiro quadrimestre. Vacinação contra o Influenza: teve uma cobertura de 86%.

Em relação ao atendimento prisional, nós tivemos um aumento importante no atendimento no Presídio Central e uma redução no Presídio Feminino Madre Pelletier, mas foi por dois fatores: primeiro, pela diminuição do número de mulheres privadas de liberdade, e também pela questão da greve que houve na Susepe, nesse período. Nos prontos atendimentos se percebe um número de atendimentos praticamente invariável, teve uma pequena diminuição no ano de 2014, o que mostra, provavelmente, que a nossa função básica está funcionando melhor. O pronto atendimento de saúde mental tem vários aspectos; eu apenas gostaria de chamar a atenção para a questão do atendimento para pacientes abaixo de 18 anos, onde se mostra um aumento no atendimento dessa faixa etária, que é algo preocupante, não só em Porto Alegre, como é uma questão nacional. Acho que temos que tentar melhorar essa situação.

Positivamente, o tempo médio de permanência nos nossos dois prontos atendimentos diminuiu, e o percentual de transferência do pronto atendimento para internação hospitalar diminuiu também 17%, mostrando uma maior resolutividade tanto no pronto atendimento quanto nos serviços que atendem fora da internação hospitalar.

O Hospital de Pronto Socorro, o que tem de relevante é a média de permanência, que passou de seis dias para cinco dias. O Hospital Presidente Vargas, que sempre é uma discussão de diminuição de serviços, aqui a gente constata exatamente o contrário: uma produção geral aumentou no Hospital Presidente Vargas, quando comparados os dois quadrimestres; e uma luta permanente do Presidente Vargas para aumentar o aleitamento materno na primeira hora de vida, que passou de 84 para 87%.

A produção hospitalar demonstra que, em 2014, nós tivemos uma maior oferta dos serviços hospitalares, passando de 54 mil procedimentos em 2013, para 58 mil procedimentos em 2014, portanto, uma maior oferta de serviços hospitalares.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública 16JUN2014

Pauta: Relatório de gestão da Secretaria Municipal de Saúde referente às atividades de gestão da saúde do 1º quadrimestre de 2014

Na Ouvidoria, se vocês olharem todos os itens – eu não citar um por um -, eles demonstram claramente uma diminuição das reclamações, através da Ouvidoria, em 2014, seja em relação às consultas especializadas, às consultas na função básica, ao mau atendimento – em todas as áreas houve uma diminuição das reclamações.

Então era isso. Esse era, resumidamente, o relatório do primeiro quadrimestre da Secretaria de Saúde em 2014. Eu fico à disposição para questionamentos e para poder fazer outros esclarecimentos que julguem necessários, tanto os Vereadores como os demais participantes. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Sra. Lea Terezinha Rodrigues de Aguiar, da Associação dos Moradores do bairro Lageado, está com a palavra.

A SRA. LEA TEREZINHA RODRIGUES DE AGUIAR: Primeiramente, cumprimento a Mesa, na pessoa do Presidente da COSMAM, o Ver. Dr. Thiago Duarte, e cumprimento os demais componentes. Vejo que este é o local adequado, porque a Câmara Municipal é o nosso lugar de pedir socorro.

Os moradores do bairro Lageado, que são em torno de nove mil habitantes, não podem mais ser atendidos no Posto do Lami. Fomos proibidos de receber atendimento naquele posto. Fomos jogados para atendimento no Posto de Saúde da Restinga Velha. Não aceitamos – queremos deixar isso claro e registrado, na presença do Sr. Secretário e na presença dos membros da COSMAM. Não aceitamos e não vamos aceitar nunca. Se não podemos ser atendidos no Lami, como historicamente, foi feito, também não iremos para a Restinga Velha. Nós não temos ônibus que nos leve até lá, não temos horário de ônibus para esse atendimento. Nós não temos posto de saúde no bairro, embora tenhamos conseguido isso no OP de 2011, até agora nada foi feito. O bairro Lageado não tem posto médico! Então, como vamos chegar na Restinga? Querem que nos dirijamos para lá a pé? E a nossa segurança? Tenho tentado audiência com o nosso Secretário desde 2012 e até agora nunca fui recebida! Tenho todos os *e-mails* disponíveis. Não sei por quê! Talvez ele tenha alguma implicância com o bairro Lageado.

Outra questão que tenho que levantar é sobre a proibição da retirada de medicamentos com receita de médico particular. Bem, nós não temos posto, temos que ir para a

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública 16JUN2014

Pauta: Relatório de gestão da Secretaria Municipal de Saúde referente às atividades de gestão da saúde do 1º quadrimestre de 2014

Restinga e, ainda, a nossa população não pode pedir remédio com receita de médico particular, médicos que, às vezes, se dispõem a atender sem cobrar nada? Por favor, alguém tem que nos ouvir, alguém tem que ouvir o bairro Lageado! Como o cidadão vai receber o seu medicamento?

Bem, foi tudo exposto aqui, foi feita toda uma explanação, que eu acho que ela se desassocia da realidade que se vive, porque é muito fácil colocar aqui, mas o problema é vivenciar o que o bairro Lageado está vivenciando. Eu concluo que ficaremos sem posto, sem medicamentos, sem saúde e sem paciência para aturar uma gestão desastrosa! Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Sr. Antônio Tadeu da Rocha Barros, do Conselho Local de Saúde de Belém Novo, está com a palavra.

O SR. ANTÔNIO TADEU DA ROCHA BARROS: Boa noite, Presidente da COSMAM, Ver. Dr. Thiago; cumprimentando o senhor, cumprimento os demais membros dessa Mesa. Aproveitando o Sr. Secretário aqui presente, eu gostaria de saber como ele modificou o sistema de entrega dos medicamentos nas UBSs. Segundo a Djanira, Presidente do Conselho Municipal de Saúde, já entraram no Ministério Público. Eu gostaria de saber como faz uma pessoa carente do bairro de Belém Novo ou do Lami, Ponta Grossa ou Canta Galo que precisa pegar um ônibus para ir à farmácia distrital ou à farmácia popular. Na farmácia popular, eles não disponibilizaram o besilato de anlodipino e o tartarato, que é o Seloken para pressão alta e mais os nossos medicamentos para diabéticos. No início deste ano, na apresentação de contas de 2013, ele enfatizou muito bem que gastava entre R\$ 450 mil e R\$ 500 mil para manter os dispensários das nossas Unidades de Saúde. Agora, sem mais e nem menos, não passou pelo Conselho Municipal de Saúde essa nova regulamentação? Eu gostaria que ele pudesse responder, porque, pelo que eu saiba, ele cansou de passar por cima do Conselho Municipal. É isso aí, gente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado. Destaco a presença do Andrew, representante do Sindicato de Odontologia.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública 16JUN2014

Pauta: Relatório de gestão da Secretaria Municipal de Saúde referente às atividades de gestão da saúde do 1º quadrimestre de 2014

O Sr. José Tadeu Catani de Aguiar está com a palavra.

O SR. JOSÉ TADEU CATANI DE AGUIAR: Boa noite a todos. Sou funcionário motorista do Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul – PACS, e o que me traz aqui são duas coisas que estão acontecendo junto ao nosso trabalho. Em primeiro lugar, com o desmonte do nosso serviço público em função das nossas ambulâncias: nós herdamos as ambulâncias que são do SAMU, que fazem quase a mesma coisa e que está, infelizmente, caindo aos pedaços. Uma outra coisa, tem uma empresa terceirizada, chamada Ecosul, que está prestando atendimento de serviço de remoção. O que ocorre? Lá, nós éramos duas equipes e hoje somos só uma. Essa uma equipe transporta todo tipo de paciente. A Ecosul não transporte, porque alega não ter maca, não pode ficar com a maca presa. Transporta dois, três, quatro pacientes na mesma ambulância, e, como se não bastasse, anda com umas ambulâncias precárias, caindo aos pedaços. Aqui eu trouxe fotos de uma ambulância – vou passar à Mesa para os demais verem as condições em que estão sendo feitas. Infelizmente o que me traz aqui é isso. A gente não tem condições de ficar nessa situação. Por quê? Porque o serviço está se tornando caro. Além de estar se tornando caro, quando o serviço é feito, é cobrado, em média, R\$ 35,00 por remoção. O que acontece? Nesses R\$ 35,00 eles botam quatro, três, cinco pacientes ao mesmo tempo; ou seja, com uma remoção, eles cobram cinco, só que é feita de uma maneira só. E isso é grave! Se um dia que der um acidente, quem vai responder por isso? É uma empresa terceirizada. Tudo bem, mas em condições! Estão aqui as fotos, gente! Uma por uma eu vou entregar para vocês verem a ambulância: ela está amassada dos dois lados, não tem as mínimas condições de trabalho; pior, não carrega um paciente que tenha que ficar contido na maca! Nós, que somos da casa, ficamos com as macas presas. Vamos para a UPA transportando os pacientes, fizemos 50 quilômetros do PACS até a UPA e voltamos. Quando chegamos lá, o serviço está assim. Isso está cada vez pior. Era isso, gente. Quero agradecer e passo essas fotos para o pessoal da Mesa para que acompanhem; e peço, desde já, que vocês tomem uma providência. Conto com a Promotoria Pública e com esta Casa para que isso se torne com um encaminhamento. Muito obrigado e uma boa noite. (Palmas.)

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública 16JUN2014

Pauta: Relatório de gestão da Secretaria Municipal de Saúde referente às atividades de gestão da saúde do 1º quadrimestre de 2014

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado. Quero registrar a presença do Ver. Cláudio Janta. O Sr. Everton Borges, do Conselho de Farmácias, está com a palavra.

O SR. EVERTON BORGES: Boa noite a todos. Cumprimentando o Dr. Thiago Duarte, cumprimento todos os membros da Mesa. Ficou nítida aqui a preocupação de todos que me antecederam com relação aos medicamentos, às Unidas Básicas. Então nós gostaríamos mais informações com relação a essa definição: se os medicamentos permanecem, se serão retirados, como fica essa questão aqui no Município de Porto Alegre.

Além disso, gostaríamos de receber mais informações com relação à utilização desses auxiliares de farmácia, como eles serão aproveitados, já que nós entendemos que esses auxiliares necessitam ter a supervisão do farmacêutico, que necessitam do profissional adequado. Quando se fala em qualidade de acesso, nós não podemos esperar que esses auxiliares trabalhem sozinhos sem ter essa supervisão permanente.

Também gostaríamos de deixar à disposição o Conselho Regional de Farmácias e o Conselho Federal de Farmácias para essa discussão tão importante com relação à disponibilidade dos medicamentos para as Unidades Básicas de Saúde. Nós entendemos que a população sempre deseja ter o medicamento próximo à sua residência, mas isso deve ser realizado de uma forma com qualidade, efetivamente. Nós entendemos que realmente seria muito mais adequado termos um número maior de farmácias distritais com relação à presença dos profissionais farmacêuticos, com relação ao controle efetivo, com a informatização necessária mudando esse modelo atual que realmente não está atendendo totalmente a demanda, já que existe uma dificuldade de informatização de todos locais que tenham dispensários de medicamentos. Então seria muito mais racional nós termos distritais em número mais adequado, em localidade de fácil acesso para a população, mudando todo esse modelo que realmente não está atendendo totalmente. Não é apenas manter o medicamento próximo à população, mas manter esse medicamento de uma forma consistente, adequada, com qualidade. É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Sr. Everton. A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública 16JUN2014

Pauta: Relatório de gestão da Secretaria Municipal de Saúde referente às atividades de gestão da saúde do 1º quadrimestre de 2014

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Secretário, nós temos acompanhado as suas apresentações na nossa Comissão de Saúde e Meio Ambiente e aqui nas audiências públicas. A nossa preocupação persiste com relação ao sistema de agendamento de consultas, tendo em vista o que foi apresentado hoje sobre outras doenças. Mas eu ainda insisto, por ter casos de pessoas que necessitam de consultas para o Mal de Alzheimer, sendo que, na Zona Sul, (Ininteligível.) é uma das pessoas que está aguardando atendimento e que juntou os seus trocados e pagou R\$ 250,00 para um médico, mas pretende entrar no SUS, porque não tem condições de fazer um acompanhamento particular. Qual a solução que teria para agilizar, ou um mutirão, essas consultas de casos de doenças mais específicas, mais raras, que a gente sabe que não têm atendimento de imediato?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver.^a Lourdes.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, membros desta Comissão, Sr. Secretário da Saúde, quero lhe dizer que a sua gestão à frente da Secretaria da Saúde, por esta Câmara de Vereadores, tem sido muito boa. Então, quero parabenizá-lo, porque é o pensamento desta Casa. Eu propus aqui – como recebemos várias denúncias, agora mesmo, ouvimos três delas – fazer uma CPI nesta Casa, e os Vereadores acharam que não era necessário, que a sua gestão está muito boa. Eu o parabenizo por causa disso e pergunto para o senhor: eu aprovei aqui nesta Casa, junto com todos os Vereadores, a abertura dos postos de saúde, 16 UBS na cidade de Porto Alegre até as 22h. Destinamos recursos para isso, assim como destinamos R\$ 8 milhões na LDO para o período que o senhor estiver na gestão da Saúde. Pergunto se tem algum estudo para a abertura desses 16 postos nas regiões do OP até as 22h.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver. Janta.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, senhores da Mesa, Secretário Casartelli, Srs. Vereadores, senhores das galerias, eu venho, diferentemente, Ver. Janta, buscar lá atrás,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública 16JUN2014

Pauta: Relatório de gestão da Secretaria Municipal de Saúde referente às atividades de gestão da saúde do 1º quadrimestre de 2014

um pouco. Realmente, a saúde é um caso difícil, mas a gente também tem que reconhecer que existem coisas boas acontecendo. Eu, por exemplo, moro há 39 anos em Porto Alegre, e teve outro Governo que esteve 16 anos, 5.844 dias. Eu, como usuário da saúde, do SUS, tentei várias vezes uma audiência com o Secretário, e nunca fui recebido no outro Governo. No nosso Governo, quando o Prefeito José Fogaça ganhou, tentei com o Seu Pedro Gus, várias vezes, também, e não tive sucesso. Fui atendido algumas vezes, pelo então Secretário Eliseu Santos. Mas todas as vezes que a comunidade solicita audiência com o Secretário, ele tem atendido. O Secretário tem atendido por várias e várias vezes. Então, senhores, a gente nota que a saúde avançou, pelo relatório do Secretário, que é bem simplificado, que realmente mostra o avanço. Então, é claro que eu quero que haja mais saúde, quero cobrar mais do Secretário, mas a gente também tem que ver que o cobertor é curto, quando puxa para um lado, falta do outro. Não estou dizendo que o Secretário está faltando com a sua responsabilidade. O Secretário tem sido muito enérgico, um lutador e tenho certeza absoluta de que vai melhorar. E se algum dia vocês tiverem dificuldade em falar com o Secretário, podem ligar para mim, pois estarei pronto a conduzi-los até o seu gabinete. Obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver. Brasinha. O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra.

O SR. MAURO PINHEIRO: Boa noite a todos, boa noite ao nosso Presidente da COSMAM, também saúdo o Secretário. Só uma pergunta, Secretário, a respeito da questão dos planos de saúde dos funcionários públicos, tendo em vista que tivemos algumas reuniões aqui, há pouco tempo, com a AFM, tratando da questão de que não estavam fazendo acordo lá, não conseguiram fechar o acordo e que, pelo Estatuto dos Funcionários, eles teriam direito a algum tipo de plano de saúde. Pergunto a V. Exa. como está a relação com a AFM e se existe algum acordo, como está o andamento, conforme a lei aprovada nesta Casa, com relação aos planos de saúde. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver. Mauro Pinheiro.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública 16JUN2014

Pauta: Relatório de gestão da Secretaria Municipal de Saúde referente às atividades de gestão da saúde do 1º quadrimestre de 2014

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra.

O SR. DR. THIAGO: Caro Presidente, na condução dos trabalhos desta Comissão neste momento, Vice-Presidente da Casa, certamente, nosso Presidente no ano que vem, Ver. Mauro Pinheiro; Secretário; Dr. Mauro Souza, representando o Ministério Público; representantes da Defensoria Pública; do Grupo Hospitalar Conceição; do Conselho Federal de Farmácia; do Conselho Municipal de Saúde; meus colegas, Vereadores e Vereadoras e público que nos assiste. Ver. Janta, V. Exa., mais uma vez, foi muito feliz na sua exposição. Mas eu quero fazer alguns questionamentos bem pontuais, Secretário. A primeira questão, eu tinha separado até um vídeo, mas não rodou, é com relação à preocupação que todos nós temos com os pacientes que moram nas regiões mais vulneráveis e periféricas desta Cidade. Cito como exemplo, apanho o que o Sr. Tadeu disse aqui, os pacientes de Belém Novo. Esses pacientes, por uma normativa da Secretaria, por uma Portaria – e esta Casa até pede informações com relação a isso, e vamos fazê-lo por escrito –, não têm recebido mais a sua medicação anti-hipertensiva, muitos remédios anti-hipertensivos, principalmente no Posto de Saúde Belém Novo. Na última sexta-feira, chegou ao nosso conhecimento, aqui na Casa, o fato de que um paciente de 80 anos que buscava tartarato de metoprolol, que é uma medicação que não tem na farmácia popular, que não tem outro similar na farmácia popular e era dispensado naquele posto de saúde. O paciente buscava essa medicação, percorrendo as farmácias distritais da Cidade. Ele é paciente de Porto Alegre, ele é morador de Belém Novo, ele tem RG, tem CPF, tem endereço fixo. Tudo isso nós temos aqui. Esse é um exemplo. Então, nós queremos saber exatamente se as farmácias, se os dispensários das unidades vão parar de dispensar essas medicações ou não. Uma informação sua é fundamental neste momento, porque o que nós estamos vendo é que crises hipertensivas vão acontecer de roldão. Os pacientes idosos vão buscar essa medicação em outros dispensários da Cidade e vão ter dificuldade de encontrá-la, já tem hoje. A segunda questão se refere ao que foi colocado aqui também da Central de Marcação de Consultas. Não pode acontecer na Cidade um paciente fazer o seu diagnóstico do problema

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública 16JUN2014

Pauta: Relatório de gestão da Secretaria Municipal de Saúde referente às atividades de gestão da saúde do 1º quadrimestre de 2014

oncológico na emergência de um hospital. E 80% dos tumores colorretais foram feitos diagnósticos, esteve aqui a Presidente da Sociedade Gaúcha de Câncer Colorretal e disse isso, 80% são feitos nas emergências. Outra coisa que não pode é o paciente que está em um setor terciário por uma dor, digamos, uma dor no abdômen à esquerda, e ele foi encaminhado para lá para um gastroenterologista. Mas se descobre que essa dor é uma outra dor, que é uma dor renal, que advém do rim. E aí ele tem que voltar para a Unidade de Saúde para ser referenciado de novo ao hospital. A interconsulta não está funcionando. De que forma ela pode funcionar, como ela deve funcionar? A outra questão que a Ver.^a Lourdes trouxe aqui, é a regionalização do serviço de saúde. Nós precisamos regionalizar o serviço de saúde. Nós não podemos marcar uma pessoa do Extremo-Sul no Grupo Hospital Conceição, às 7 horas da manhã. Ela não vai ter como chegar lá. Nós precisamos, de forma administrativa, de forma informatizada poder fazer com que essa pessoa chegue a um hospital que dê a possibilidade de ela fazer isso. A segunda coisa, nós precisamos tratar o ser humano como um todo, na transversalidade. Nós não podemos ter um paciente que tem diabetes e, da nefropatia, a diabetes que ele trata no Conceição, o endocrinologista dele da diabete é do Hospital de Clínicas, a oftalmologia é do Banco de Olhos, então, ele é tratado de forma completamente fragmentada, e isso tem ocorrido em Porto Alegre. Nós precisamos discutir – e a Comissão está aberta, Secretário, esses vazios de atendimento que existem na cidade. E no Extremo-Sul existe isso. Não adianta negar. O bairro Lageado é um vazio de atendimento. Outrora eram áreas rurais? Eram. Hoje em dia é uma área densamente habitada e precisa ser discutida. De forma objetiva, também, queremos perguntar como está a questão da informatização da saúde, em que ponto nós estamos, como é que nós vamos avançar? De forma objetiva, gostaríamos de saber se está havendo substituição de médicos municipais por médicos do Programa Mais Médicos, gostaríamos de saber disso, nas nossas UBSs ou nos nosso PSFs. Enfim, quero dizer que, de forma ampla, aberta, sincera e direta discordo da mudança de missão do hospital de Pronto Socorro. E, se isso está acontecendo – e está – como vai ser implementado? Já é uma pergunta. Eu quero também saber como serão atendidas as emergências clínicas do Centro da Cidade? o paciente que sofre um infarto, que outrora podia ir para o Hospital de Clínicas, que outrora podia ir para o Instituto de Cardiologia e, muitas vezes, ia ao nosso HPS, e hoje não pode

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública 16JUN2014

Pauta: Relatório de gestão da Secretaria Municipal de Saúde referente às atividades de gestão da saúde do 1º quadrimestre de 2014

ir ao nosso HPS por mudança na missão do Hospital. Onde ele será atendido, se o Clínicas está sempre com a sua emergência superlotada e o Instituto de Cardiologia está sempre com a sua emergência superlotada? E, por último, gostaria de saber como estão os chamamentos dos mais de cem cargos criados por esta Casa no ano passado de técnicos de enfermagem? Quantos nós conseguimos nomear? Porque, efetivamente, o que tem se dito lá no Hospital Presidente Vargas – e a Doutora Maria Isabel se encontra ali, a Diretora do Hospital Presidente Vargas -, tanto lá no Presidente Vergas, quanto lá no HPS, tanto nas nossas Unidades Básicas de Saúde, é que, efetivamente, nós temos falta de técnicos de enfermagem. Esta Casa aprovou em três semanas, no ano passado, a criação de mais de uma centena de cargos de técnicos de enfermagem que precisam ser providos principalmente nessas unidades. Que precisam ser providos no HPV para que, efetivamente, possam ser providas no HPV para que, efetivamente, possam ser todos os leitos utilizados e os pacientes não fiquem recuperando do pós-parto ou cesárea no Centro Obstétrico. Então, de que forma nós estamos caminhando, já que temos concurso com pessoal habilitado para ser chamado, com essa chamada desses pacientes. Acho que basicamente são essas colocações, essas perguntas e quero render aqui uma franca homenagem ao Ver. Bernardino, porque também é dele a proposição que tornou lei a questão do teste rápido para o VDRL, para o HPV, de forma descentralizada na Cidade. Claro que foi mérito da Secretaria implementar essa lei, mas o protagonismo tem que ser dado ao Ver. Bernardino. Muito obrigado.

(O Ver. Dr. Thiago reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Sr. Carlos Casartelli está com a palavra.

O SR. CARLOS HENRIQUE CASARTELLI: Então para responder às perguntas, dona Lea, para todos os presentes também, aqui se trata da apresentação de um relatório quadrimestral, onde não tinha questões pontuais. A questão é que primeiro não se faz portaria para dizer onde ou em qual região uma unidade vai atender. Isso não é feito através de portaria, mas de uma discussão com o conselho distrital, com o conselho local e com a capacidade que a sua unidade tem de atendimento. As demandas do OP de

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública 16JUN2014

Pauta: Relatório de gestão da Secretaria Municipal de Saúde referente às atividades de gestão da saúde do 1º quadrimestre de 2014

2010 realmente estão todas atendidas; as de 2011 não estão atendidas naquelas em que há alguma discussão da própria comunidade ou alguma inviabilidade técnica. Considerando de 2010 até 2014, eu tenho convicção de que todas as apresentações das demandas do OP que são feitas regularmente dentro do governo, a Secretaria da Saúde é uma das que mais tem demandas e, apesar disso, se não é a que mais, está entre as três que mais tem as demandas do Orçamento Participativo atendidas. Mas é claro que a nossa Secretaria tem, só de obras, novas unidades, reformas, tem mais de 300 pedidos que são discutidos a cada semestre, a cada quadrimestre, a cada período de tempo com o conselho, com o gestor, que discutem para priorizar o que será atendido ou não. Procura-se, na medida do possível, atender àquelas que são do OP, mas nós temos um conselho de saúde que também opina na questão das prioridades no atendimento das demandas. Só agora nós devemos estar reformando umas 7 unidades de saúde, além daquelas que estão apresentadas ali. Com relação aos medicamentos, na verdade, criou-se, a partir de uma discussão que a Secretaria de Saúde iniciou e que foi feita em todas as gerências de saúde, e se levou o problema que é o problema de se ter R\$ 14 milhões para investimento e se estar fazendo um investimento de R\$ 28 milhões. Aí deve ter uma inflação na área de medicamentos que é maior que a inflação normal, o não reajuste da participação dos outros entes federados e do fato de nós termos atualizado a nossa farmácia municipal de medicamentos e termos abertos à entrega, independente de ser morador de Porto Alegre, independente de ser um usuário do Sistema Único de Saúde ou não. Mas nada foi mudado. Se perguntarem se faltam medicamentos? Sim. De 2010 a 2013, nós não tivemos falta de medicamento, a não ser eventualmente por uma questão de produção nacional. Em 2014 tivemos, sim, e estamos tendo problemas com o abastecimento de alguns medicamentos, que é um número significativo para quem precisa; em termos relativos ele é pequeno, mas é importante. Qualquer medicamento, um medicamento que falte é importante, mas não houve nenhum sistema de modificação da entrega de medicamentos. Está havendo, sim, uma discussão de como, quais medidas nós vamos fazer para conseguir gastar R\$ 28 milhões tendo para a assistência farmacêutica apenas R\$ 14 milhões. Nós gastávamos menos do que isso em 2010; passamos a gastar isso, passamos a gastar R\$ 22 milhões no ano passado, e este ano a previsão de gasto de medicamentos para o Município de Porto Alegre é de R\$ 28 milhões,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública 16JUN2014

Pauta: Relatório de gestão da Secretaria Municipal de Saúde referente às atividades de gestão da saúde do 1º quadrimestre de 2014

o dobro do que está pactuado entre os entes federados. Mas não se fez nenhuma modificação até agora, inclusive chegou a ser comunicado que algumas pessoas estavam entregando documentos, papeizinhos, dizendo que esses medicamentos deixariam de ser entregues; determinei imediatamente que isso fosse suspenso, porque não tinha nenhuma decisão tomada a esse respeito. Nós estamos discutindo algumas questões, duas já foram descartadas. Primeiro, a questão que foi discutida pela equipe, a questão da distribuição dos insumos para diabetes, que Porto Alegre é uma das poucas cidades que dá o aparelhinho e as fitas para todo mundo, para todas as pessoas que são portadoras de diabetes média do tipo 2, mas isso seria entregue apenas, foi uma das propostas, pelas farmácias distritais – essa proposta já foi descartada. A outra proposta era fazer a retirada de alguns medicamentos de alto custo do dispensário para a farmácia distrital, que também foi descartada. Os únicos medicamentos que são exclusivos da farmácia distrital são aqueles que sempre foram, os medicamentos de uso controlado. Então, abriu-se uma celeuma em torno de algo que se está discutindo, e nenhuma decisão foi tomada. Eu já sei que chegaram documentos no Ministério Público e na Defensoria, mas, na verdade, o gestor não fez nenhuma modificação em relação a nada; pelo contrário, estamos questionando muito internamente de onde retirar os recursos, porque o caixa de Assistência Farmacêutica não tem recursos para bancar os R\$ 28 milhões, mas de algum local vai sair.

Estamos discutindo se devemos ou não entregar medicamentos para quem não é de Porto Alegre. Temos que discutir, antes de deixar faltar medicamentos para porto-alegrense, vamos ter que atender a população de Porto Alegre. Como eu disse, os outros Municípios recebem exatamente o mesmo quantitativo *per capita* que Porto Alegre. É uma questão de decidir o que faremos.

Com relação a atender medicamentos de médicos particulares, realmente, isso é um problema sério; há algumas questões que são regras do Sistema Único de Saúde, regras do direito sanitário, que muitas vezes não são entendidas. Não há dúvida de que todos têm o direito à saúde, é um dever do Estado, mas a Constituição não é apenas isso. Quando se diz que todos têm direito ao SUS, é uma verdade, mas eu não posso ter o melhor dos dois mundos, o melhor do sistema privado de saúde, que não é sistema, é setor, não funciona como sistema – os próprios diretores de hospitais reconhecem que o

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública 16JUN2014

Pauta: Relatório de gestão da Secretaria Municipal de Saúde referente às atividades de gestão da saúde do 1º quadrimestre de 2014

setor privado está um caos no atendimento da população que tem convênios e plano de saúde -, mas todos têm direito ao SUS, mas para ter direito àquilo que o SUS oferece, têm que estar dentro do Sistema Único de Saúde. Qualquer um pode entrar, ele tem porta aberta para entrar na hora que quiser e vai ser atendido dentro de um regramento que o Sistema Único de Saúde tem, que é um dos melhores sistemas de saúde do mundo, mesmo com todos os seus problemas, é. É o maior, e um dos melhores. Então não há nenhuma proibição de retirada de medicamentos.

A UBS Belém Novo é a mesma questão, se houve modificação de entrega, vou conversar com o gerente distrital, porque não há nenhuma orientação da Secretaria em relação ao sistema de entrega de medicamentos, e não tem nova regulamentação.

A questão do desmonte das ambulâncias. Primeiro, mostrar foto é sempre relativo: a gente já viu, e não estou dizendo que seja o caso aqui, mas em outra situação, nesta mesma Casa, passou foto de ambulâncias em que passaram arames em uma série de locais da ambulância apenas para tirar fotos, pois quando saí daqui fui lá, a ambulância não tinha absolutamente nada! Essa ambulância realmente está em péssimas condições; se está em uso, é uma outra questão. Os serviços terceirizados não são pagos pelo número de pessoas que transportam, e, sim, pelo número de viagens que faz; não é pelo número de pessoas transportadas, e quem determina se vai ser transportada uma ou duas é o serviço local. Transportar cinco pessoas numa mesma ambulância eu acho inviável, espero que não esteja acontecendo, mas de qualquer maneira, vou conversar também com a direção do Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul e com os nossos outros pronto atendimentos para que isso não aconteça mais. Isso é completamente inadmissível, mas não é uma determinação do gestor, é uma decisão de quem faz a gestão local, e pode acontecer, pode ter acontecido, mas para mim é meio que inacreditável que seja rotineiro.

Quanto às ambulâncias, havia uma determinação até pouco tempo que o Município não podia comprar ambulâncias. Nós questionamos isso e foi nos dito que sim, que o Município não podia comprar ambulâncias, até que se conseguiu um parecer diferente, que permite que o Município compre ambulância. Então, as ambulâncias que nós temos no Sistema, nós pedimos oito, o Ministério ficou de mandar seis, deveria ter mandado no primeiro semestre, confirma que mandará as seis após a Copa do Mundo, no segundo

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública 16JUN2014

Pauta: Relatório de gestão da Secretaria Municipal de Saúde referente às atividades de gestão da saúde do 1º quadrimestre de 2014

semestre. E nós já fizemos a descrição de ambulâncias, a mesma descrição do Ministério da Saúde, para que o Município adquira mais cinco ambulâncias com recursos próprios. Estamos também reavaliando – o Catane tem toda a razão – o sistema de transporte em algumas áreas que não são exatamente do SAMU, Serviço de Atendimento Móvel Urgente, precisa ser reavaliado. Por algum motivo, em algum momento – não é o local aqui para discutir –, foi tomada uma decisão de centralizar todo o transporte do SAMU. Isso claramente não deu certo. Nós estamos discutindo; a equipe de planejamento, a equipe que trabalha com setores de transporte, coordenação de urgência, atenção básica estão discutindo a reavaliação da forma como os transportes são feitos em Porto Alegre. E algumas coisas que foram mudadas, eu concordo que tenha-se que repensar e talvez voltar a ser como eram anteriormente, quando se tinham ambulâncias específicas para os pronto atendimentos. Mas isso está em discussão e a equipe vai me apresentar uma proposta.

Everton, do Conselho de Farmácia: na verdade quero dizer que já tenho uma reunião marcada com o Presidente do Conselho de Farmácia, que eu chamo de Beto, mas vocês chamam de Canquerini. E eu pedi uma reunião com ele, porque nós já tivemos vários problemas com o concurso de farmacêutico. Então, queremos fazer uma análise com o Conselho de Farmácia para ver como não ter mais problemas nos próximos concursos. Nós temos que fazer concurso para farmacêutico e queremos analisar a própria elaboração do edital do concurso com o Conselho de Farmácia, e discutir com o Conselho de Farmácia a questão da assistência farmacêutica no Município de Porto Alegre. Pelo que eu saiba a reunião já está agendada: dia 19. Ele pode levar as pessoas que ele quiser da equipe para a gente discutir esse assunto. Tem um segundo assunto também, que foi colocado pelo Presidente da Casa, que nós temos que discutir, mas principalmente a questão da assistência farmacêutica, que a Secretaria quer a participação do Conselho nessa discussão para termos uma assistência farmacêutica qualificada em Porto Alegre. O auxiliar de farmácia eu sei que não é reconhecido pelo Conselho e obviamente ele pode ser um entregador de medicamento, mas se ele usar o critério da dispensação pelo farmacêutico, isso tem que ter uma orientação. Nós reconhecemos isso e queremos construir isso junto com o Conselho de Farmácia.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública 16JUN2014

Pauta: Relatório de gestão da Secretaria Municipal de Saúde referente às atividades de gestão da saúde do 1º quadrimestre de 2014

Ver.^a Lourdes: sobre agendamento de consultas, quero dizer que Porto Alegre melhorou muito. Em 2011, eram 11 anos de espera por uma consulta para neuro, em cirurgia; em abril nós chegamos a ter 75% das 185 subespecialidades que estão no sistema com menos de 30 dias para consulta. Isso oscila um pouco, pode oscilar de um dia para o outro, às vezes entra um paciente que já tinha desagendado a consulta ou não se localizou, ele aparece, entra no sistema com a data anterior. Então, há pequenas flutuações, mas chegou em abril a 75% das especialidades com tempo de espera inferior a 30 dias, principalmente nas especialidades com risco de vida, aquelas de maior gravidade. E existem algumas que são insolúveis: cirurgia bariátrica, temos 600 em todo o Estado para atender toda a população. Nas outras a gente está resolvendo de forma bastante intensa e rápida, na minha opinião. Então, as consultas especializadas estão indo bem, o centro informatizado está indo bem. A gente ainda não consegue fazer o paciente consultar muitas vezes próximo de onde ele precisa. Mas, se considerarmos que vem pessoal de Uruguaiana, de Rio Grande, de São José do Norte e tantas outras regiões do Estado, às vezes do País, consultar em Porto Alegre. Nós não conseguimos ainda fazer a regionalização de forma completa; na medida do possível ela existe. Não se consegue de forma completa, mas ninguém conseguiu isso, pelo menos nos 25 anos que tenho de Prefeitura. Então, se ninguém fez EM 25 anos é porque, embora pareça fácil, não é tão simples assim.

O Ver. Cláudio Janta colocou aqui a questão das UBSs, com atendimento além do horário normal – existem algumas em Porto Alegre. A maioria das emendas da Câmara de Vereadores acabaram não sendo aceitas pelo Governo. Esse dinheiro, pelo menos até o momento, não chegou à Secretaria da Saúde, então desconheço essa emenda especificamente. embora lembre da proposição dela. Ver. Brasinha, agradeço o reconhecimento. Ver. Mauro Pinheiro, sobre os planos de saúde: foi fechado convênio com a AFM, o contrato foi assinado por mais um ano. Hoje tivemos uma reunião com o Simpa e ele pede um outro convênio. Ele pede um convênio que não seja a AFM; os municipais não querem a AFM, não querem o Hospital Porto Alegre. Então, há um acordo com o Simpa de que vai ser feita uma licitação de um plano de saúde, já que não deram certo as negociações com o IPE. Então, será feito um processo para escolher um outro plano para atender aos municipais, e aí, nesse momento, o que está acordado é

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública 16JUN2014

Pauta: Relatório de gestão da Secretaria Municipal de Saúde referente às atividades de gestão da saúde do 1º quadrimestre de 2014

que 90 dias antes é denunciado – esse é o termo que se usa, um termo feio – o contrato do Hospital Porto Alegre, com a AFM. Mas é solicitado um plano de saúde, conforme foi acordado com o Simpa e solicitado por ele na data de hoje.

O Ver. Dr. Thiago coloca aqui a questão das regiões vulneráveis, é exatamente o que Porto Alegre trabalha. Toda vez que nós vamos escolher aonde vai uma Unidade de Saúde, onde colocado um profissional, onde será o investimento, nós olhamos exatamente para o mapa de vulnerabilidade de Porto Alegre. Não existe nenhuma região de Porto Alegre que seja considerada como não vulnerável. Pode ter bairro, mas não região. Então, todas as regiões têm as suas vulnerabilidades, algumas mais, outras menos, e nós olhamos o mapa de vulnerabilidade de Porto Alegre sempre que tomamos uma decisão na área da saúde.

Medicações dos dispensários: conforme falou aqui o nosso colega Everton, do Conselho de Farmácia, é uma discussão que tem que ser feita, realmente nós não vamos ter recursos para botar farmacêuticos em todos os dispensários, então nós temos que ver qual é o caminho, porque precisamos achar um meio termo que dê segurança na dispensação de medicamentos, que tenha o controle do profissional farmacêutico, mas não sabemos ainda qual é a solução. Se nós falarmos – e se viu aqui – em fechar os dispensários, haverá uma crise absoluta no sistema de saúde em Porto Alegre, e eu não tiro a razão dos usuários.

O Dr. Thiago também colocou a questão da oncologia; é verdade, o Dr. Thiago tem razão. Do percentual de pacientes que fazem diagnóstico – e aí não dá para pegar uma única especialidade oncológica –, num percentual muito grande é feito um diagnóstico discutível na porta da emergência. Porque 90% dos pacientes que estão nas portas de emergências com problema oncológico, ou eles já são pacientes do próprio hospital em tratamento e retornam por alguma intercorrência, portanto já estão em tratamento; ou são usuários que vêm do Interior e entram como se fosse a primeira consulta, como se ali fosse a porta de entrada. A maioria, muitos, pelo menos, já sabem que têm o tumor e por uma questão de opção, de escolha, ou por falta de opção em outros locais vêm a Porto Alegre, mas 90% dos atendimentos oncológicos em Porto Alegre não são de porto-alegrenses. Em Porto Alegre, qualquer paciente que entrar no sistema hoje, tem a sua consulta marcada para no máximo para daqui uma semana. Não há fila de espera para radioterapia, não há fila

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública 16JUN2014

Pauta: Relatório de gestão da Secretaria Municipal de Saúde referente às atividades de gestão da saúde do 1º quadrimestre de 2014

de espera para quimioterapia. Nós atendemos a uma grande população que não é de porto-alegrenses na área de oncologia, e essa é a função de um Município como Porto Alegre.

Interconsultas: nós temos aquele fórum, que eu comentei, dos hospitais, essas discussões são feitas, muitas vezes o hospital não entende muito bem como usar as interconsultas, mas ela deve ser feita, deve ser realizada, e o problema é de entendimento do gestor local. Nós temos discutido muito isso dentro do curso, do seminário com os gestores hospitalares.

Regionalização: eu já falei. A integralidade do atendimento é exatamente o que se busca, exatamente o que a Secretaria da Saúde e o SUS nacional defende, mas é dada pelo profissional da atenção básica sempre, sempre. Isso é o que busca, que o profissional da atenção básica tenha o conhecimento completo do seu paciente. Porque é ilusório achar que se consultar com oftalmologista, no mesmo hospital em que consulta o problema cardiovascular, isso dará segurança da integralidade do atendimento. Muitas vezes essas equipes nem se conversam. Então, é preciso que o profissional da Atenção Básica detenha o conhecimento de todos os problemas que o usuário tem. É por isso que ele tem que consultar a atenção especializada, voltar, “interfacear” com o profissional da atenção de média ou alta complexidade para que possa ter o conhecimento do todo. E isso é o que nós buscamos para Porto Alegre, para isso é que servem as equipes da família, a Atenção Básica, para fazer a integralidade do atendimento e um profissional saber todos os problemas que seu paciente tem. Mas para isso nós precisamos atingir este *status*: reconhecermos, cada profissional da Atenção Básica, que o paciente é o seu paciente. Este paciente que consulta comigo, ele é meu paciente, ele depende de mim, ele precisa de mim, e eu tenho que deter o conhecimento do todo dele. Isso é difícil, mas nós estamos caminhando a passos largos para se conseguir isso em Porto Alegre.

A informatização da saúde: nós optamos pela implantação do e-SUS, está sendo implantado em toda região Glória/Cruzeiro/Cristal, estamos discutindo se nós vamos seguir com o Dis na assistência farmacêutica, se vamos optar pelo Hórus – que é um programa do sistema SUS também do Ministério da Saúde –, mas a informatização continua ocorrendo em Porto Alegre. Nenhum sistema implantado deixou de ser utilizado, e estamos optando por utilizar programas do Ministério exatamente para evitar discussões

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública 16JUN2014

Pauta: Relatório de gestão da Secretaria Municipal de Saúde referente às atividades de gestão da saúde do 1º quadrimestre de 2014

que não são boas nem para o gestor, nem para o legislativo, nem para os usuários. Então, nós estamos optando, desde que com qualidade confirmada, por utilizar os programas do Ministério da Saúde. Com relação à substituição de profissionais, quero dizer que, apesar de estar de férias, eu passei na Secretaria hoje à tarde, e, entre outras coisas, eu tive a satisfação de nomear os cirurgiões, médicos internistas, psiquiatras infantis, nomeei vários profissionais de especialidade médica, nomeei mais cinco técnicos de enfermagem e, pelo menos, 70% dos cargos criados na Câmara já foram utilizados. E fora aqueles que não foram, como os de médicos, que não foram solicitados novos cargos, mas tem tido nomeação periodicamente. Nomeamos anestesistas hoje, nomeamos anestesistas, cirurgiões, internistas, psiquiatras infantis, e eu acho que algumas outras especialidades que eu não recordo agora.

O HPS é um hospital de atendimento de urgências, não cabe aqui discutir, ele é um hospital de urgência e continuará sendo um hospital de urgência. Quem quiser caracterizar como hospital geral, realmente está perdendo seu tempo, porque ele nunca foi um hospital geral, ele é um hospital de urgência, de emergência. Tem dois hospitais no mundo com as características do HPS, um deles é o próprio HPS.

Com relação ao AVC, esta é uma área que eu gosto muito de falar, uma área que a gente teve um grande avanço tanto em AVC como infarto agudo do miocárdio, Porto Alegre teve um avanço que foi reconhecido como o maior do País, com a instituição dos protocolos, com a instituição do grupo regulador, protocolo criado juntamente com a Dra. Sheila, que é da Organização Mundial da Saúde, do Hospital de Clínicas. Com a aprovação do Ministério da Saúde, Porto Alegre implantou um protocolo onde diminuiu a mortalidade por IAM – infarto agudo do miocárdio – e por acidente vascular cerebral em 30%. Nenhum outro Estado, nenhuma outra Capital conseguiu isso. O teste rápido, o Ver. Bernardino não está aqui, me lembro da lei, ele sugeriu, se não me engano pelo menos um local por região da Cidade que tivesse o teste rápido, foi um princípio, foi um passo importante, mas hoje nós temos o teste rápido em todas as Unidades de Saúde de Porto Alegre. Mas não dá para deixar de reconhecer a importância do Ver. Bernardino neste programa que também é um programa do Ministério, do Estado, de Porto Alegre, e que é realmente um sucesso, onde nós estamos conseguindo fazer o tratamento precoce destas doenças que são diagnosticadas através dos testes rápidos e, principalmente, o que melhor evoluiu foi

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública 16JUN2014

Pauta: Relatório de gestão da Secretaria Municipal de Saúde referente às atividades de gestão da saúde do 1º quadrimestre de 2014

a transmissão vertical pelo vírus da imunodeficiência adquirida, reduziu 50% de um ano para o outro. Mas, realmente, uma das grandes ações implementadas em Porto Alegre foi o teste rápido e agora estamos, logo em seguida, assim que chegarem os equipamentos, vamos estar implantando o teste rápido para tuberculose no Município de Porto Alegre também. Acho que eu respondi a todas as questões, se ficou alguma, vocês me desculpem, mas eu fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, quero agradecer a presença de todos, e está cumprido nosso rito legal. Até o próximo relatório de gestão. (Palmas.)

(Encerra-se a reunião às 20h42min.)